



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681331 - SP (2021/0226320-5)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : LETICIA DE MAGALHAES
ADVOGADO : LETÍCIA DE MAGALHÃES - SP342212
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE ROBSON BATISTA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE ROBSON BATISTA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2276920-02.2020.8.26.0000).

O paciente "foi preso em flagrante, em 19 de novembro de 2020, pela suposta prática do crime de tráfico de entorpecentes, tipificado no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06, e teve convertida a prisão em preventiva" (fl. 295).

A impetrante sustenta que (fl. 5):

o Tribunal de Justiça Paulista não demonstrou os elementos em concretos que demonstrem ser a liberdade do Paciente um risco a Ordem Pública, a Instrução Criminal e/ou Aplicação da Lei Penal, tendo a Autoridade Coatora se utilizado de alegações vazias e genéricas para decretar a segregação cautelar da liberdade do Paciente.

Agrega alegações relativas à inviabilidade da segregação cautelar de ofício.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar a preventiva do paciente, com eventual aplicação de medida cautelar diversa da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. A decisão atacada está fundamentada em elementos constantes dos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Registre-se que a ausência de contemporaneidade do acórdão atacado, prolatado em dezembro de 2020, afasta a urgência que autoriza a análise do pleito também no plantão.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência